

Gênero, sexualidade e educação: perspectivas em debate

Anabela Maurício de Santana*

Resumo:

O presente artigo analisa a reprodução das relações de gênero no âmbito da relação homoafetiva, possibilitando uma reflexão acerca do que é ser homem e do que é ser mulher e seus respectivos papéis na sociedade e na família e problematiza as relações existentes entre gênero e sexualidade na educação. A pesquisa tem por objetivo problematizar as relações existentes entre gênero e sexualidade na educação, a partir da perspectiva dos Estudos Culturais e dos Estudos Feministas, tendo como marco teórico a abordagem pós-estruturalista de análise e adota-se como ideias norteadoras a mulher lésbica na relação homoafetiva, o que ela anseia e as maneiras que tem encontrado para driblar o preconceito, a rejeição, a agressividade e o decesso às políticas públicas para essas mulheres. A pesquisa teve como sujeitos quatro mulheres que se intitulam lésbicas e com o intento de fazer esta investigação foram utilizados os meses de setembro, outubro e novembro de dois mil e dez, tendo como *locus* o município de Itaporanga d' Ajuda/Se.

Palavras-chave: Gênero, Educação, Sexualidade.

* Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade São Luiz de França, graduada em Serviço Social pela Universidade Tiradentes, Aracaju/SE. Assistente Social do Núcleo de Práticas jurídicas da Universidade Tiradentes. Tutora do Centro de Educação a Distância da Universidade Federal de Sergipe. Participa do Grupo de Pesquisa do CNPq: "Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero". Aracaju/Sergipe/Brasil. E-mail: anab.santana@hotmail.com

Gender, sexuality and education: perspectives in debate

Abstract

This paper analyzes the reproduction of gender relations within the homo-affective relationship, allowing a reflection on the idea of men and women and their roles in society and in the family, discussing the relationship between gender and sexuality in the educational field. The research aims to problematize the relationship between gender and sexuality in education, from the perspective of Cultural Studies and Feminist Studies, with a theoretical framework based on poststructuralist approach of analysis and adopting, as the guiding ideas, the lesbians in the homo-affective relationship, their desires and the ways they have found to circumvent prejudice, rejection, aggression and the demise of public policies for these women. The research was held in Itaporanga d'Ajuda/SE, in September, October and November of two thousand and ten, and it was based on four women who called themselves lesbians.

Keywords: Gender, Education, Sexuality.

Género, sexualidad y educación: perspectivas en debate

Resumen

En este trabajo se analiza la reproducción de las relaciones de género dentro de la relación homo-afectiva, lo que permite una reflexión sobre lo que significa ser hombre y ser mujer y sus respectivos papeles en la sociedad y en la familia, y problematiza las relaciones existentes entre género y sexualidad en la educación. La investigación tiene como objetivo problematizar las relaciones existentes entre género y sexualidad en la educación, desde la perspectiva de los Estudios Culturales y los Estudios Feministas, cuyo marco teórico es el enfoque postestructuralista de análisis y se adopta como las ideas orientadoras la mujer lesbiana en la relación homo-afectiva, lo que anhela y las formas en que se ha encontrado para eludir el prejuicio, el rechazo, la agresividad y la desaparición de las políticas públicas para estas mujeres. La investigación tuvo cuatro mujeres como sujetos que se dicen lesbianas y con la intención de hacer esta investigación se utilizaron los meses de septiembre, octubre y noviembre de dos mil diez, teniendo como locus el municipio de *Itaporanga d'Ajuda/Se*.

Palabras clave: género, educación, sexualidad.

Introdução

Por mais que a sexualidade seja uma temática que na escola sempre esteja vinculada às aulas de ciências ou então de educação física, é necessário considerar sua vertente social, e, sobretudo, histórica. Contudo, sendo a sexualidade, entendida como uma construção social, histórica e cultural, sente-se a necessidade de ser discutida na escola por todos/as aqueles que dela fazem parte, pois a escola é espaço privilegiado para o tratamento pedagógico desse desafio educacional contemporâneo.

Isso posto, percebe-se não ser mais necessário ressaltar a importância que as dimensões de gênero e sexualidade adquiriram na teorização social, cultural e política contemporânea, visto que desde o final dos anos 70 do séc. XX, uma ampla, complexa e profícua produção acadêmica vem ressaltando a impossibilidade de ignorarmos relações de gênero e sexualidade quando buscamos analisar e compreender questões sociais e educacionais.

O feminismo pós-estruturalista, aproximando-se de teorias como as desenvolvidas por Michel Foucault, por exemplo, adota que gênero remete a todas as formas de construção social, cultural e linguística implicadas com processos que distinguem mulheres de homens, abarcando aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e nomeando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade.

Nessa perspectiva, trabalhar com o conceito de gênero segundo Meyer (2003), supõe e demanda: 1) assumir que diferenças e desigualdades entre mulheres e homens são social, cultural e discursivamente construídas e não biologicamente determinadas; 2) deslocar o foco de atenção da “mulher dominada, em si” para a relação de poder em que as diferenças e desigualdades são produzidas, vividas e legitimadas; 3) explorar o caráter relacional do conceito e considerar que as análises e intervenções empreendidas neste campo de estudos devem tomar como referência, as relações – de poder – e as muitas formas sociais e culturais que, de forma interdependente e inter-relacionada, educam homens e mulheres como “sujeitos de gênero”; 4) “rachar” a homogeneidade, a essencialização e a universalidade contidas nos termos

mulher, homem, dominação masculina e subordinação feminina, dentre outros, para tornar visíveis os mecanismos e estratégias de poder que instituem e legitimam estas noções; 5) explorar a pluralidade, a conflitualidade e a provisoriedade dos processos que delimitam possibilidades de se definir e viver o gênero em cada sociedade e nos diferentes segmentos culturais e sociais.

Nesse sentido, o presente artigo – que é um recorte de uma pesquisa concluída em 2010 sobre educação sexual, familiar e religiosa e a homoafetividade em Itaporanga d’Ajuda/Se – tem por objetivo problematizar as relações existentes entre gênero e sexualidade na educação, a partir da perspectiva dos Estudos Culturais e dos Estudos Feministas, tendo como marco teórico a abordagem pós-estruturalista de análise.

O universo da pesquisa foi constituído por quatro mulheres lésbicas residentes em Itaporanga d’Ajuda. Os instrumentos metodológicos utilizados foram: a entrevista – semi-estruturada –, complementada pelo questionário e a observação.

Nas entrevistas, reconstituímos a história de vida de quatro mulheres participantes. A escolha dos sujeitos foi por acessibilidade, dependendo apenas da disponibilidade de tempo das respondentes em contribuir com a investigação. Dessa forma, cabe salientar que as mulheres respondentes formam dois casais homoafetivo que convivem maritalmente.

Quanto aos relatos orais, estes foram gravados e transcritos logo após a realização dos mesmos, para garantir maior fidelidade. Procuramos também registrar mensagens não-verbais e as condições nas quais as entrevistas ocorriam. O questionário foi utilizado para nos auxiliar a traçar o perfil do universo estudado. Quanto à observação, esta se deu no cotidiano durante as visitas aos seus domicílios.

Este trabalho, no entanto, apresenta apenas a análise dos relatos orais colhidos nas entrevistas. Inicialmente, será abordada a escolaridade e as dificuldades enfrentadas na escola. Em seguida, será tratado acerca da profissão, mercado de trabalho e a relação com a família.

Feminismo e a Construção da Categoria Gênero

O Feminismo foi, sem dúvida, um importante movimento social que começou a ter visibilidade no final do século XIX com o sufrágio¹. No final da década de 60, o movimento, no processo que passou a ser considerado como segunda onda do feminismo, ampliou-se para além do seu sentido reivindicatório, exigindo não só a igualdade de direitos, em termos políticos e sociais, mas constituindo-se também em crítica teórica. Outrossim, este não foi um movimento isolado, pois somou-se a outros movimentos igualmente importantes, como os movimentos estudantis, negros e outros, principalmente nos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e França.

Stuart Hall (1997) mostra que o Feminismo introduziu aspectos completamente novos na sua luta de contestação política, à medida que passou a abordar temas como família, sexualidade, trabalho doméstico, o cuidado com as crianças, entre outros. Além disso, Hall salienta que:

Enfatizou, como uma questão política e social, o tema da forma como somos formados e produzidos como sujeitos genericados. Isto é, ele politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas). [...] aquilo que começou como um movimento dirigido à contestação da posição social das mulheres, expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero (HALL, 1997, p. 49-50).

Cabe salientar que o conceito de gênero brotou entre as estudiosas feministas para se contrapor à ideia de essência, recusando, dessa forma, qualquer explicação pautada no determinismo biológico, que pudesse explicar os comportamentos de mulheres e homens, empreendendo assim uma visão naturalizada, universal e imutável dos comportamentos. Para tanto, tal determinismo serviu muitas vezes para justificar as desigualdades entre ambos, a partir de suas diferenças físicas. O que importa, na perspectiva das relações de gênero, é discutir os processos de construção ou formação histórica, linguística e social, instituídas na formação de mulheres e homens, meninas e meninos.

Nesse sentido, os Estudos Feministas sempre estiveram preocupados com as relações de poder entre mulheres e homens. A princípio, tais estudos procuravam chamar a atenção para as condições de exploração e dominação a que as mulheres estavam submetidas. Como refere Guacira Louro (1995), além de uma ferramenta teórica potencialmente útil para os estudos das ciências sociais, o gênero despontava como uma importante categoria analítica para a História, em especial para a História da Educação. O caráter político destes estudos pode ser considerado uma de suas marcas mais significativas:

Objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos. Pesquisas passavam a lançar mão, cada vez com mais desembaraço, de lembranças e de histórias de vida; de fontes iconográficas, de registros pessoais, de diários, cartas e romances. Pesquisadoras escreviam na primeira pessoa. Assumia-se, com ousadia, que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinham (e tem) pretensões de mudança (LOURO, 2010, p. 19).

Destarte, devemos considerar, porém, que grande parte da produção brasileira atrelada aos Estudos Feministas nos últimos anos se concentrou no estudo das mulheres. Questões ligadas à feminização do magistério, bem como outras ocupações vinculadas ao trabalho feminino, compuseram o maior número das pesquisas. Muitos destes trabalhos procuraram descrever a situação da mulher em termos de opressão e desigualdade social. Entretanto, atualmente as pesquisas neste campo têm se voltado para o caráter relacional dos gêneros, entendendo que mulheres e homens, meninas e meninos são formados em relação, uns com os outros e também no entrecruzamento de outras categorias, como classe social, religião, etnia, nacionalidade, geração (LOURO, 2010; MEYER, 1998; FELIPE, 1998).

Os estudos de gênero não se limitam, portanto, aos estudos de/sobre mulheres, mas incluem também a discussão em torno da construção das masculinidades, problematizando de que forma elas têm sido colocadas em

discurso, como apontam os trabalhos de Connel (1995), Corrigan, Connel e Lee (1985), Louro (1995) e Peres (1995), entre outros.

Não podemos abordar o conceito de gênero sem lembrar de Butler (2003), que basilamente, nos aponta o gênero como culturalmente construído, diferenciando de sexo (biologicamente natural). Essa compreensão é que abre as possibilidades de reflexão com vistas à superação do preconceito de gênero, da visão do ser feminino como frágil e submisso. Homens podem até ter maior força física, mas as mulheres podem também ter mais energia (o que seria uma diferenciação biológica), porém, a diferença não pode significar desigualdade. Homens e mulheres podem ser diferentes biologicamente, mas devem ter socialmente os mesmos direitos e deveres, pois ambos apresentam a mesma potencialidade intelectual e amorosa, que pode ou não ser desenvolvida, dependendo das oportunidades e possibilidades oferecidas pela família, pela sociedade, pela cultura. Assim, Butler (2003, p. 26) afirma que “[...] não a biologia, mas a cultura se torna o destino”.

No entanto, faz-se mister salientar que o conceito de gênero tem sido utilizado de diversas maneiras, às vezes de forma equivocada ou mesmo banalizada. Alguns trabalhos, por exemplo, apresentam enfoques neutralizantes e fixos, colocando o conceito de gênero como sinônimo de papéis sexuais, estereótipos sexuais ou de identidades sexuais. Outrossim, muitas autoras e autores por sua vez têm assegurado a limitação do conceito de papéis, visto que os mesmos não permitem uma discussão mais extensa a respeito de poder, violência e desigualdade (SCOTT, 1990; LOURO, 2010). Um dos problemas relacionados à abordagem de papéis é que estes se reduzem a formas muito específicas, como por exemplo, o papel de esposa, de mãe, sendo utilizado para referir-se a um ideal normativo de comportamento ou mesmo assinalar estereótipos de papéis em relação ao homem e à mulher. Nesse sentido, segundo Machado (1998, p. 26) “o conceito de gênero supera o de papel sexual, por sua demarcação mais frontal contra o determinismo biológico”. O mesmo pode ser dito em relação ao conceito de estereótipo, assim Tomaz Tadeu da Silva em seu artigo *A poética e a política do currículo como representação* assinala que:

A noção de estereótipo, ao contrário da noção de representação enfatizada pela análise cultural, está focalizada na representação mental. Nesse movimento individualizante, deixa-se de focalizar, precisamente, aquilo que na análise cultural é central: a cumplicidade entre representação e poder... Nessa perspectiva, o estereótipo é combatido por uma terapêutica da atitude. Sem negar que a mudança de atitude possa ter algum papel numa estratégia política global, o interesse da análise cultural está centrado nas dimensões discursivas, textuais, institucionais da representação e não nas suas dimensões individuais, psicológicas (SILVA, 2011, p. 21).

É importante assinalar que a categoria “gênero” tem passado por significativas transformações, possibilitando-lhe assim um caráter mais dinâmico. A princípio, vinculada a uma variável binária arbitrária, que reforçava dicotomias rígidas, passou a ser compreendida como uma categoria relacional e contextual, na tentativa de contemplar as complexidades e conflitos existentes na formação dos sujeitos. Para Harding (1993) é possível aprender a aceitar a inconstância das categorias analíticas e encontrar nelas a almejada reflexão teórica acerca de determinados aspectos da realidade política em que vivemos e pensamos e, por conseguinte, usar as próprias instabilidades como recurso de pensamento e prática.

Construindo identidades de gênero e identidades sexuais

A instabilidade ora mencionada nos remete também ao conceito de identidade, pois este tem sido estabelecido a partir de distintas abordagens teóricas. Algumas interpretações que tendem a buscar explicações de como se produzem as identidades de gênero ou mesmo as identidades sexuais, baseiam-se em estruturas de interação muito restritas, por exemplo, a esfera familiar, ignorando o fato de que as relações de gênero estão atreladas a outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder, como salienta Scott (1990).

Alguns autores e autoras que se aproximam dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais têm concebido a iden-

tidade, de forma mais ampla, como um processo flexível, plural. Dessa forma, Hall critica o conceito de identidade marcadamente fixa, unificada e estável, ao dizer que:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 1997, p. 13).

O autor observa ainda que tais concepções remetem ao fato de que não existe uma identidade prévia, inata, mas processos identificatórios que vão se estabelecendo ao longo da existência, cujos processos são influenciados pelos diversos atravessamentos que constituem os sujeitos - classe social, raça, etnia, religião, gênero, entre outros. Assim, por estar sempre em formação a identidade, caracteriza-se pela incompletude. No entanto, mesmo estando todo o tempo em processo, a tendência é de imaginá-la como “resolvida”, “acabada”, “unitária”.

Isso indica que a identidade de gênero refere-se à forma como alguém se sente, identifica-se, apresenta-se para si próprio e aos que o rodeiam, bem como relaciona-se à percepção de si como ser “feminino” ou “masculino”, ou ambos, independentemente do sexo biológico ou de sua orientação sexual, ou seja, da sua maneira subjetiva de ser feminino ou masculino, de acordo com condutas ou papéis socialmente estabelecidos.

No que concerne a orientação sexual, entendemos que esta se refere ao sexo das pessoas pelas quais sentimos atração física, desejo e afeto. A sexualidade não se reduz a instintos, impulsos, genes, hormônios, genitálias, ato sexual, nem se resume somente à subjetividade ou às possibilidades corporais de vivenciar prazer e afeto. A forma como vivemos e entendemos nossa sexualidade é construída historicamente, através de um processo contínuo, por meio do qual construímos nossa identidade pessoal e sexual, que emerge nos desdobramentos históricos e culturais. O fato de nascermos com um determinado sexo biológico feminino e/ou masculino não é satisfatório para determinar a maneira como iremos sentir, expressar e viver nossa sexualidade, ou construir nossa

identidade de gênero, nossa orientação sexual não pode ser determinada pela visão hegemônica de heterossexualidade como único padrão “normal”.

Precisamos superar essa visão da heteronormatividade. É urgente entendermos que a sexualidade deve ser vivida naturalmente não dentro de padrões normativos, mas de uma forma que nos torne mais humanos e mais felizes, porém conscientes de nossas responsabilidades éticas e afetivas.

Tanto as identidades de gênero quanto as identidades sexuais podem ser caracterizadas pela instabilidade, sendo, portanto, passíveis de transformações. Dessa forma, torna-se arriscado constituir um momento determinado para que as identidades de gênero e as identidades sexuais sejam “instaladas” ou “assentadas” nos indivíduos (LOURO, 2010). Desde que nascemos, estamos nos formando como sujeitos, com múltiplas identidades, de gênero, de etnia, religiosas, sexuais, entre outras, embora muitas vezes estes aspectos sejam ignorados, sendo vistos apenas sob a perspectiva essencialista.

Dentro da perspectiva dos Estudos Culturais, cabe às professoras e aos professores ultrapassar seus papéis de meros transmissores/as de informação, uma vez que eles/as são produtores/as culturais profundamente implicados/as nas questões públicas, como tem afirmado Giroux (1995). É necessário, pois, ampliar a definição de pedagogia e currículo, não se limitando simplesmente ao domínio de técnicas e metodologias. Outro ponto importante reside no fato de que a linguagem deve ser estudada não como um mero dispositivo de expressão, mas como “uma prática histórica contingente, ativamente envolvida na produção, organização e circulação de textos e poderes institucionais” (GIROUX, 1995, p. 95). É importante analisar como a linguagem funciona para incluir ou excluir significados, assegurar ou marginalizar formas particulares de comportamentos. Nesse sentido, os textos não podem ser entendidos fora de seu contexto de produção histórica, social e cultural.

Assim, podemos apontar a necessidade de que pais, mães, professores/as, psicólogos/as infantis e demais profissionais voltados para o cuidado/educação de

crianças tenham uma visão de infância/criança que dê conta dos efeitos da cultura popular em suas autoimagens e suas visões de mundo. Examinar os materiais didáticos e paradidáticos voltados para as crianças pequenas, bem como os diversos objetos culturais, brinquedos, filmes, entre outros, são fundamentais para perceber de que forma eles trazem concepções de gênero, sexualidade, raça/etnia, geração, nacionalidade pautadas muitas vezes pela desigualdade. Em um mundo marcado pela diversidade, é fundamental não compactuarmos com a ideia de que as diferenças sejam transformadas em desigualdades.

Relatos, análise e discussões

Com o objetivo de fazer avançar a proposta da pesquisa, nota-se que a sociedade contemporânea, mediante políticas públicas, vem sugerindo intervenções diferenciadas acerca da educação, das relações de gênero, da sexualidade aliadas ao debate étnico-racial, mercado de trabalho, geração, entre outros. É uma discussão polêmica que evidencia um despertar da sociedade concernente à inserção dessa discussão no âmbito da educação. Todavia, a questão é maior e mais profunda; inclui a inserção da discussão desde o ensino infantil, passando pelo ensino fundamental e médio, para então aportar na universidade, que reflete os aspectos de ordens social, econômica e cultural de cada sociedade.

Até há pouco tempo, imagens e textos que retratassem a homossexualidade e/ou a lesbianidade de forma menos estereotipada eram raridade. Assim, a amostra foi composta por quatro mulheres lésbicas, residentes em Itaporanga d' Ajuda/Se, independentemente do nível de escolaridade, profissão, trabalho, idade e filhos. São elas³: Samanta, Sandra, Simone e Suely.

Samanta tem 42 anos, graduada em Contabilidade. Ela trabalha em um escritório de contabilidade na cidade de Aracaju/Se e presta serviços particulares de contabilidade para algumas pessoas na cidade de Itaporanga. Convive maritalmente com Suely há quinze anos aproximadamente e reside em casa própria e não tem filho/a.

Suely tem 38 anos, com ensino médio completo e cursos profissionalizantes de: Assistente administrativo e serviços de secretariado. Trabalha na secretaria de uma escola particular em Aracaju/Se e convive maritalmente com Samanta e não tem filho/a.

Sandra tem 32 anos, com ensino médio completo e curso técnico em enfermagem. Trabalha em dois hospitais particulares na cidade de Aracaju/Se, convive maritalmente com Simone há seis anos aproximadamente e reside em casa própria, tem um filho com 16 anos.

Simone tem 26 anos, é estudante de Educação Física de uma Universidade pública do Estado de Sergipe, no momento encontra-se desempregada, mas antes trabalhava como técnica em enfermagem. Convive maritalmente com Sandra e não tem filho/a.

A abordagem dessa temática deve ocorrer em um clima de confiança e de empatia. Sendo assim, durante a pesquisa com os dois casais de lésbicas, houve a preocupação em criar uma atmosfera de confiança/segurança para que as respondentes pudessem expor seus pontos de vistas. A entrevista abordou os temas ligados à idade, escolarização, profissão, trabalho, configurando o seguinte quadro:

As respondentes apresentam entre 26 a 42 anos de idade e relatam que mantêm união estável homoafetiva, mas que passaram por diversos problemas no município de Itaporanga d' Ajuda. Foram ofendidas por muito tempo, no entanto, para elas, as piores ofensas partiram da família.

Fui rotulada de louca por minha própria família. Confesso que cheguei a pensar que tinham razão, pois foi difícil aceitar que gostava de mulher, tive medo. Cheguei a frequentar igrejas evangélicas [...] nos momentos de descobertas, pensei ou é loucura ou é coisa do diabo [...] e pensava: estou possuída e preciso de ajuda, sou pecadora. Foi horrível, minha família falava que eu estava vendo muita novela e que tudo era também efeito da modernidade da globalização, mas hoje estou feliz, mesmo diante de todo o preconceito (Samanta).

Meu pai não falava nada, mas eu percebia que ele achava estranho meu comportamento, já

minha mãe, ela não perdoava [...] criticava e xingava (Simone).

A minha própria família era a primeira a ofender com apelidos, quando eu saía de casa e ia para a escola [...] lá ouvia dos colegas os mesmos apelidos (Suely).

Eu não nasci mulher, nunca enxerguei uma menina, na adolescência olhava no espelho e só via um menino, um belo rapaz, e fui percebendo que gostava de meninas e não de meninos (Sandra).

Como nos revela Beauvoir (1967), em sua obra *O Segundo Sexo*, ninguém nasce mulher: torna-se mulher, visto que a fêmea humana assume o sexo que lhe é imposto, este castrado e colocado na condição de inferior ao homem. Essa autora afirma ainda que entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo.

Ter um relacionamento com alguém que tem um corpo, um órgão sexual que não te atrai é horrível, forçar a barra, forçar uma relação sexual sem desejo é frustrante. [...] tentei ser mulher, ser bissexual, cheguei a ter filho, mas não deu, pois me sentia castrada o tempo todo. Gosto de mulher e o feminino me atrai (Sandra).

Sei que não sou aceita, ou melhor, que não somos aceitas, somos toleradas, mas penso que devemos viver, pois a vida é curta, devemos fazer o que gostamos e devemos nos relacionar com pessoas que desejamos, mesmo que para isso seja necessário pagar um preço (Samanta).

Ela tem razão, pagamos um preço alto, mas acho que estamos certas em viver. Essa é a minha orientação sexual e devo ser respeitada (Suely).

Atestamos, portanto, que as pessoas que vivem um relacionamento homoafetivo certamente experimentam formas de sofrimento não pelas “escolhas” que fizeram, mas sim pela dor que é originada da intolerância, do estigma e do injusto preconceito social em virtude da orientação sexual. O comportamento homoafetivo deve

ser entendido como uma variante natural da expressão sexual humana, um comportamento determina não uma maneira de viver diferente, mas igual.

O preconceito torna-se um importante desafio/enfrentamento fazendo com que, muitas vezes, estas mulheres vivenciem uma invisibilidade lésbica. Como aponta Godoy (1997, p.100) “as lésbicas vivem homoeroticamente no ‘pacto do silêncio’ e na clandestinidade, contingência do fato de estarem inseridas numa sociedade hegemonicamente patriarcal e heterossexual”. Ou seja, o fato de não haver uma aceitação social e, principalmente, familiar faz com que muitas continuem escondendo ou não assumindo a sua orientação sexual em decorrência do preconceito e das situações que este pode levar na vida destas mulheres. Como o isolamento e enfretamento familiar; mudança de cidade e estado; não aceitação pelo pai e o distanciamento da mãe.

Nesse sentido, é oportuno destacar que a lesbofobia, portanto, é uma prática social que naturaliza a hostilidade, possibilitando práticas de aversão e repulsa contra mulheres não heterossexuais, bem como legitima os comportamentos de agressão – física, psicológica e institucional – contra essas mulheres. A lesbofobia compõe o rol da discriminação caracterizado por “preconceito de gênero”, expressões da legitimação do patriarcado. Nesse caso, os comportamentos machistas, sexistas, homofóbicos, transfóbicos, entre outros. Portanto, a lesbofobia configura-se como um instrumento de legitimação de uma hierarquia em torno da sexualidade e da identidade de gênero, sendo, portanto, um mecanismo responsável pela manutenção da ordem social patriarcal.

Borrillo, por sua vez expande a compreensão dessa forma de discriminação como apenas ódio ou aversão, perpetrado por um determinado indivíduo. Identifica que essa conduta vai além do ato individual e caracterizando-a como “lesbofobia/homofobia geral”, que segundo o autor,

[...] nada é além de uma manifestação do sexismo, ou seja, da discriminação de pessoas em razão do seu sexo (macho-fêmea) e, mais particularmente, de seu gênero (feminino/mas-

culino) Essa forma de homofobia é definida como a discriminação contra as pessoas que mostram, ou às quais são atribuídas, determinadas qualidades (ou defeitos) imputados ao outro gênero (BORRILLO, 2010 p. 26).

Para ele, “a lésbica é vítima de uma violência particular, definida pelo duplo desdém que tem a ver com o fato de ser mulher e homossexual” (BORRILLO, 2010 p. 26). A negação do papel atribuído às mulheres, principalmente ao papel da maternidade, provoca certo espanto, bem como uma repulsa da sociedade que não se conforma que a mulher não seja simples objeto adestrado para a passividade, submissão e procriação. Assim, a situação da mulher lésbica implica negar toda essa condição que tem sido imposta a suas vidas. Contraditoriamente, as mulheres são rotuladas e discriminadas em menor quantidade que os homens gays, só que esta constatação deve ser compreendida além da aparência de tolerância e aceitação.

Se as lésbicas foram, visivelmente, menos perseguidas que os gays, tal comprovação não deve ser interpretada como indício de uma maior tolerância ao homossexualismo feminino, visto que essa indiferença nada mais é do que o sinal de uma atitude que manifesta um desdém muito maior. A sexualidade feminina é um instrumento do desejo masculino, assim torna impensáveis as relações erótico-afetivas entre mulheres como assim expressa Borrillo (2010). São nessas condições que as mulheres lésbicas são exploradas e oprimidas pela desigualdade de gênero, de orientação sexual e identidade sexual e de gênero. São invisíveis na constituição da família, no acesso à saúde pública especializada e na previdência social. São rotuladas e estigmatizadas pelo preconceito que se expressa na lesbofobia e no machismo, sendo caracterizadas como “sapatão”. São vítimas no cotidiano do estupro “corretivo”, agressões físicas e psicológicas. Nesse sentido, Brasil (2004) aponta que as mulheres lésbicas são alvo de atitudes de violência e discriminação: por serem mulheres e por serem lésbicas.

Isso posto, Louro (2010) destaca que suas identidades sexuais constituir-se-iam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam social

e historicamente como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero.

Assim, as respondentes relatam que até hoje carregam o estigma e que ainda ouvem a expressão “mulher macho”, dentre outras. Relatam que percebem a intenção e que infelizmente muitas vezes acabam internalizando e, por conseguinte, respondem através de comportamentos masculinos³ por meio da fala (vocabulário tido como masculino), na maneira de sentar e de vestir-se.

Segundo Goffman (1982), muitas vezes, o estigma está extremamente impregnado, tendo em vista que o indivíduo reproduz o estigma a ele atribuído, tornando-o identidade. A pessoa estigmatizada, independentemente do motivo, carrega em sua história de vida “identidades” atribuídas por outros indivíduos. Outrossim, o estigmatizado (in)conscientemente procura uma identidade ou tenta afirmar sua identidade ou identidades.

No que concerne ao medo, as mulheres respondentes ressaltam que houve uma redução do sentimento de culpa sobre seus ombros. O maior medo delas era a não aceitação de suas famílias, a rejeição de seus amigos, de seus colegas de trabalho, enfim, de todos, salientando que o medo muitas vezes faz com que a pessoa homossexual passe a viver em grupos sociais muito fechados, isto porque o medo e a visibilidade social só lhe trazem um desgaste emocional extremo.

Quando questionadas acerca da escolaridade e da profissão duas das quatro respondentes relatam que brincaram muito no tempo de escola e que só concluíram o ensino médio e, por conseguinte, cursos profissionalizantes, mas que se arrependem. Tal arrependimento se dá em decorrência das dificuldades de inserção no mercado de trabalho por não ter uma graduação e nem qualificação suficiente. Quanto as outras respondentes, observa-se que uma é graduada em Contabilidade e a outra é estudante de Educação Física.

Fui uma grande boba, não estudei como deveria, brinquei o tempo todo [...] é uma pena, mas tenho que arcar com as consequências (Suely).

Estou muito feliz, com ela, só tenho o ensino médio, mas ela irá se formar este ano em educação física. [...] acho tudo isso muito legal, estou feliz (Sandra).

Estarei realizando um sonho, minha formatura é um sonho nosso, irei colar grau e ela será minha madrinha, entrará segurando minha mão e não estou nem ai para o que irão falar, [...] sei sim que seremos vítimas de olhares intolerantes, mas não estou preocupada, pois quero mais é ser feliz (Simone).

Sofri muitos e muitos preconceitos na escola, era chamada por colegas de mulher macho, entre outros apelidos que no fundo nos incomoda. [...] as professoras demonstravam alguns olhares, gestos preconceituosos, inclusive cheguei a ouvir de uma professora a seguinte frase: não quer ser apelidada, não seja assim, não tenha comportamentos feios. Mas, aqui estou e não desisti dos estudos, fui em frente, hoje sou contadora, tenho minha própria vida e pago minhas contas (Samanta).

Cabe salientar que no Brasil⁴, a sociedade patriarcal delineou um perfil do que é ser homem e mulher. Determinadas características ao longo da história separaram o que é próprio de homem e de mulher; ou seja, o gênero determina não apenas quem faz o quê, mas também quem toma as decisões, uma vez que tanto homens quanto mulheres desempenham um papel produtivo e comunitário nas esferas familiar, cultural, educacional e social. Contudo, o homem comumente ostenta o papel de representação pública, ao passo que a mulher desempenha um papel organizador fundamental, embora seja menos visível, o que favorece, dessa forma, o sexo masculino em detrimento da subordinação feminina⁵.

Abordar esse assunto desvenda a dinâmica da sociedade brasileira e como se anunciam as relações sociais, especificamente de gênero, as quais, de forma permanente, (re) fazem-se seus componentes culturais e ideológicos, que essencialmente demandam funções sociais da educação formal e sua analogia com o mercado de trabalho. Logo, para falarmos sobre a educação⁶, devemos considerar a educação no sentido lato (informal ou social) e a educação no sentido exato, desenvolvida pela instituição escolar.

Dessa feita, “a educação é um processo “natural” que ocorre na sociedade humana pela ação de seus agentes sociais como um todo, configurando uma sociedade pedagógica”, como salienta Pimenta (2010, p. 64). Não obstante, faz-se necessário destacar que:

A educação está presente em casa, na rua, na igreja, nas mídias em geral e todos nos envolvemos com ela, seja para aprender, para ensinar e para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou várias. (...) Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é seu único praticante (BRANDÃO apud PIMENTA, 2010, p 64).

Os sujeitos que circulam o espaço da escola e do magistério diversificam-se e segundo Arroyo (2004), a escola influencia bastante nossas vidas. É dela que levamos hábitos como gestos, formas de compartilhar, formas de raciocínio, levamos valores e também sentimentos.

Assim, Louro (2001) propõe, como possibilidade de ruir com o contexto de discriminação e homofobia, a adoção de uma pedagogia que escape dos enquadramentos, na qual o questionamento, a desnaturalização e a incerteza sejam estratégias para pensar a sexualidade polimorfa dirigida a múltiplas dimensões da existência, ou seja, uma pedagogia onde faltem proposições do modo de agir, a determinação do que transmitir, rompendo com binarismos e pensando a sexualidade, o gênero e os corpos de uma forma plural, múltipla e cambiante. Esta é uma possibilidade real, à medida que:

Não podemos mudar nossos padrões sexuais por decisão de um ou de muitos, assim como não podemos “desaprender” a língua em que aprendemos a falar. Mas se não podemos “desaprender” nossas linguagens e sexualidades maternas e paternas, podemos aprender outras línguas (COSTA, 1992, p. 38).

A inserção da mulher na esfera pública do trabalho é extremamente importante no processo de democratização da vida social e, por sua vez, abrange a ampliação

da cidadania e dos direitos das (os) trabalhadoras (es). A participação feminina no mercado de trabalho brasileiro foi uma das mais importantes transformações sociais ocorridas no país a partir de 70, ampliando-se de forma acentuada e diversificada entre 1985 e 1995 (CRUZ, 2009, p. 107). Assim, as respondentes quando questionadas acerca do mercado de trabalho e profissões, relatam satisfação, angústia e medo.

Tenho apenas o ensino médio e curso profissionalizante, sou técnica em enfermagem, trabalho em dois hospitais em Aracaju e é do meu trabalho que tiro nosso sustento, no momento sou a única que contribuo com as despesas da casa, pois ela estuda. Confesso que é duro ver os olhares preconceituosos, o machismo dos colegas e das colegas também. Quando comecei na área, era bem pior, melhorou um pouco. Ser mulher já é difícil e mulher lésbica ainda mais. É duro sobreviver no mercado de trabalho, mercado ainda dominado por homens (Sandra).

O mercado de trabalho é cruel, muito cruel e exigente. Hoje encarar o mercado de trabalho sem uma formação superior é horrível. Não basta ter um curso aqui ou ali, é preciso ter a formação e ser qualificado. Observo ainda que, sendo mulher, fica difícil e, sendo mulher lésbica ainda pior (Suely).

Ser mulher e encarar o mercado de trabalho já é complicado, a mulher tem que ser formada, ou seja, tem que ter uma profissão e ser qualificada. Ela tem que provar o tempo toda sua inteligência e capacidade para os homens. Agora, sendo mulher lésbica [...], ela precisa provar ainda mais e em todos os lugares – para os homens e para as mulheres. Não podemos falhar em nenhum momento, pois se falharmos a culpa é por sermos mulheres e lésbicas (Simone).

Em nossa sociedade historicamente, o patriarcado tem se configurado como um sistema opressor manifestando-se em práticas de machismo, lesbofobia, homofobia e sexismo. Este sistema está baseado na lógica de subordinação das mulheres, prescrevendo normas e comportamentos a serem desempenhados por homens e mulheres, estabelecendo privilégios aos homens, em especial, os heterossexuais e conformando uma estrutura de subalternidade do comportamento feminino.

Para Louro (2010), ao nos inserirmos nesta discussão, devemos ter em mente o reconhecimento acerca da existência de uma amplitude de divisões sociais, que provoca lutas e solidariedades bastante distintas e muito incertas e efêmeras. O mesmo sujeito pode vivenciar ocasiões de subordinação e dominação, ou, simultaneamente várias condições de subordinação e dominação. Logo, aceitar isso não sugere desconsiderar que alguns grupos, como os de mulheres, negros e negras e homossexuais, por exemplo, tenham vivido histórias mais longas, mais dolorosas e mais persistentes de subordinação do que outros grupos sociais. Significa considerar que dominações e subordinações não se somam de forma linear e ascendente, que elas ajustam-se de formas especiais e particulares e que necessitam ser versadas e discutidas em sua especificidade.

Tendo em vista a construção das relações sociais de gênero, é necessário explicitar o papel da divisão sexual do trabalho na conformação de desigualdades entre homens e mulheres. Não se tem a pretensão de abordar as formas pretéritas de configuração da divisão sexual do trabalho em seu percurso inicial da existência humana, mas como no processo de desenvolvimento da humanidade, bem como das forças produtivas. Esta divisão perpetuou uma relação em que as mulheres vivem sob a órbita do trabalho reprodutivo e os homens no campo do trabalho produtivo.

As relações sociais, por sua vez, têm uma base material dada pelo trabalho e estas se expressam através da divisão social do trabalho entre os sexos. Logo, a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social que transcorre das relações sociais de sexo, sendo modulada histórica e socialmente. Contudo, vale citar que tradicionalmente ela atribui uma designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva.

Na contemporaneidade a divisão sexual do trabalho é aliada prioritária da concretização da mulher no espaço privado. Ela manifesta-se no trabalho doméstico, tido como invisível, mas sem o qual seria impensável a reprodução da família, em que mulheres diariamente são responsabilizadas pelas tarefas do lar. A inserção da mulher no mun-

do do trabalho se dá prioritariamente nos espaços dos empregos precários, de baixos salários, de tempo parcial com forte exploração da força de trabalho. Além disso, as mulheres na atualidade têm combinado o trabalho duplicado/triplicado, no qual tem ocupado postos de trabalho do âmbito da produção da riqueza e da reprodução social.

Devemos considerar que além da exploração do trabalho, a estrutura patriarcal adere um modelo de comportamento sexual, tachando a sexualidade e impondo um comportamento heterossexual. Assim, tende a forjar um comportamento sexual dominante, abarcando em sua lógica a heteronormatividade que nega toda a construção da diversidade sexual.

Destarte, faz-se necessário ressaltar que a sexualidade, ainda que pereça um atributo biológico, relacionado ao sexo de cada indivíduo, também remete a uma construção histórica, política e cultural, sendo praticamente impossível apreender a sua complexidade remetendo apenas a genitália de homens e mulheres, ou até mesmo, o papel imposto às mulheres de serem exclusivamente agentes da reprodução. Logo, para construirmos uma abordagem sobre sexualidade é necessário fazer menção a símbolos, crenças, culturas relações de poder e visibilidade. Para isso, desnaturalizar a sexualidade é o caminho para apreendê-la para além dos determinismos biológicos. Assim, Prado destaca que:

Nossos hábitos sexuais dependem exclusivamente da construção social das relações entre/ pelos seres humanos, relações que não existem em contextos abstratos, mas que estão sempre amalgamados pela concretude dos contextos culturais, geopolíticos padrões morais e posições sociais (PRADO, 2008, p. 15-16).

Feita essas considerações sobre a concepção de sexualidade, cabe ressaltar que essa se expressa em diversas formas. Acreditamos que a sexualidade compõe a chamada diversidade sexual, ou seja, partimos do pressuposto que não existe um modelo ou formato pronto para o comportamento sexual humano. Acreditamos que o campo de estudo da diversidade sexual amplia a compreensão sobre o comportamento e identidade sexual, negando a heteronormatividade.

A negação desses padrões estabelecidos à mulher, em especial, no que diz respeito ao gênero e a sexualidade, vai conformar uma relação de opressão e controle duplicada. A negação da heteronormatividade será um elemento essencial para percebermos como as mulheres bissexuais e, sobretudo, as mulheres lésbicas são duplamente oprimidas e silenciadas no bojo da sociedade capitalista.

Quanto aos sonhos e perspectivas, percebe-se que as mulheres apresentam o desejo de formalizar a união. Para duas das quatro respondentes foi relatado o sonho em adotar uma criança e, se possível, duas crianças.

Estamos amadurecendo a ideia há dois anos e penso que agora é o momento certo. Acredito que seremos mães responsáveis. A ausência paterna não será problema, pois seremos mães presentes e participativas (Samanta).

Temos a intenção de adotar, mas antes queremos ter um filho ou filha nossa. Ela irá conceber a criança, ou seja, ela será a mãe que irá gerar e eu serei a mãe que também irei gerar, mas de uma forma diferente [...]. Engraçado, a criança terá duas mães e um pai é claro. A presença dele será importante, não será negada a paternidade, a criança irá conhecer (Sandra).

A maternidade, independentemente da “expressão sexual” da mulher, permanece sendo um elemento de realização e afirmação do papel feminino. Para a mulher lésbica, a maternidade sempre é um desafio, pois esbarra não só nas limitações biológicas, mas também socioculturais e jurídicas⁷. O depoimento a seguir ratifica essa ideia:

Ser mãe sempre foi o meu sonho, não nego que senti medo de não poder ter filho, pois tenho consciência de que na relação homoafetiva isso não seria possível. Agradeço a Deus todos os dias por ter colocado ela em meu caminho [...]. É uma pessoa maravilhosa, como qualquer casal, temos problemas e discutimos, porém os problemas fortalecem nossos sentimentos. Sei que, com a chegada da criança, nossas famílias ficarão mais próximas e [...] também é claro, eu acho [...] que a sociedade terá mais respeito por

nós e aceitará melhor. Graças a Deus ela também sempre sonhou em ser mãe (Simone).

Esse relato indica um forte desejo de ser mãe e de realização do casal. Aponta também a maternidade como uma estratégia que visa sensibilizar as famílias, que até então rejeitam a relação homoafetiva, mostrando à sociedade a seriedade da união, humanizando, quem sabe, aqueles que permanecem rejeitando esses casais,

A educação familiar, religiosa e escolar reproduz, pois, as relações de gênero e suscita o debate sobre o respeito *ao diferente e à pluralidade*. A vida da mulher brasileira homossexual não é tão diferente da vida da mulher hetero, uma vez que a discriminação social – que esta sofre é levada para o âmbito familiar, social e profissional –, representada pela baixa remuneração, pouca oferta de empregos, desprestígio profissional e exclusão familiar.

Numa sociedade onde o valor de referência é derivado do eu, a família é importante à medida que vier possibilitar meios para cada membro constituir-se como sujeito autônomo. Portanto, esta função da família põe em evidência suas contradições internas, pois, ao mesmo tempo em que os laços de dependência são necessários, eles podem ser negados.

Diante do exposto, percebe-se que o modelo tido como tradicional de família – composta por pai, mãe e filhos – vem sofrendo inúmeras alterações. Estas modificações são capazes de modificar sua configuração, o seu funcionamento e os papéis desenvolvidos pelos seus membros no contexto familiar, ou seja, as mudanças alteram além da composição familiar, porque é na família, bem como fora dela, que os indivíduos agregam valores/normas para o alcance da cidadania, que por séculos as mulheres foram excluídas. Assim, conforme Cruz (2009), a passagem das mulheres da exclusão para a inclusão, mesmo que parcialmente completa, deixa várias tensões não resolvidas no que se refere à cidadania, que de forma resumida pode ser identificada como tensão entre direitos individuais e direitos comunitários. Desse modo, a análise de gênero considera as diferenças como potencialmente inseparáveis da capacidade da cidadania, historicamente construídas e questionadas como norma de igualdade.

É duro ser mulher. Agora ser mulher e ser lésbica ainda é mais difícil. A mulher é tratada como inferior na família, na sociedade, no mercado de trabalho, sinto na pele o tempo todo. Sou discriminada inclusive por mulheres, o que não deveria acontecer, pois elas também sofrem preconceitos (Samanta).

Sei que quando estiver atuando em minha profissão, professora de educação física, nas escolas serei olhada, observada. Irei concorrer e tenho que conquistar meus espaços no mercado de trabalho, pois sou mulher e lésbica (Simone).

Sempre estou passando por situações preconceituosas no trabalho. Trabalho na secretaria de uma escola, trabalham homens e mulheres, mais mulheres, porém somos o tempo todo colocadas como inferiores. [...] os homens se sentem superior o tempo todo (Suely).

Assim, os relatos ora mencionados nos remete ao empoderamento, no qual Horochovski e Meirelles (2007), com esmero, registram que a definição de empoderamento é próxima da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos decidirem sobre as questões de respeito. Empoderar é o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão. Sendo assim, o poder é adquirido no processo de socialização, no qual o primeiro passo esta na socialização primária, ou seja, na família e depois na secundária (a sociedade) e, por conseguinte, é pertinente salientar que todas as pessoas tem condições de buscar, conquistar e garantir o poder, mas o poder limitado não significa a destituição do poder.

Meu pai sempre demonstrou ter poder, minha mãe sempre o obedecia. A família o respeitava e obedecia, sempre respeitei meu pai e também minha mãe. Entretanto, para eles eu faltei com respeito, e meu pai vive dizendo que deveria ter tido mais poder (Suely).

Minha mãe era quem mandava e desmandava nos filhos e filhas, mas obedecia meu pai, ela tinha medo dele, o cara mandava e desmandava nela e ela não tomava nenhuma atitude, não quero isso para minha vida. Quero respeitar e ser respeitada (Simone).

Isso posto, podemos enfatizar que muita coisa fica assim invisível. Uma delas é a apropriação que o pai e a mãe acabam desenvolvendo sobre a vida de seus filhos/as. Depois de nascidos e registrados com o sobrenome da família, os/as filhos/as deverão obediência e respeito a eles. Os pais e as mães deverão cuidar deles/as e poderão então cobrar submissão. Assim, podemos enfatizar que muitos dos problemas familiares e dos conflitos entre eles/as e filhos/as, devem-se ao fato de os pais e as mães pensarem-se como responsáveis sempre por sua cria, pois ele/as sentem-se na obrigação de responder à sociedade pela educação que dão a seus filhos/as e isto os pressiona a comportamentos autoritários. Esta realidade fragiliza e esconde relações de parceria que poderiam se desenvolver no grupo familiar. A infância e a adolescência têm sido conceituadas, significadas e mesmo vividas a partir de noções como estas. Conflitos entre pais/mães e filhos/as tornam-se cada vez mais freqüentes conforme os/as filhos/as conquistam sua autonomia. Em oposição, os pais/mães se colocam como proprietários deles/as e assim a rebeldia é produzida neste espaço familiar e nas relações que ali se constituem.

Outra questão importante é que as famílias estão sob a pressão social para equiparar-se ao padrão, mas, sem dúvida, constituem-se com suas idiossincrasias. Assim, as famílias não são todas iguais, mas todas elas serão analisadas e avaliadas a partir do padrão dominante.

Não me sentia bem com a minha família, achava que era um lar cheio de regras e mais regras. No entanto, também percebia a ausência do meu pai. [...] ele sempre estava nas ruas com amigos e amantes, enquanto minha mãe estava em casa, não trabalhava fora e a vida dela era cuidar da casa, dos filhos e do esposo (Suely).

Respeito minha família, mas nunca desejei continuar tendo uma vida onde não tinha direito a nada, desejei uma vida diferente (Samanta).

As formas de pensar o mundo e de nele se viver estão diretamente relacionadas às formas de pensar e agir do grupo familiar. É ali, o primeiro espaço de organização da subjetividade e não são apenas os aspectos pessoais dos/as pais/mães e irmãos e irmãs que se integram ao que o sujeito é. Há na constituição, como sujeitos, ele-

mentos da história da sociedade que estão incorporados na forma de organização da família. O lugar da mulher, por exemplo, na família é determinado pelo seu lugar na sociedade e nas significações sociais.

Na vivência familiar, tanto as mulheres como os homens constituir-se-ão a partir dessa referência, oferecendo parâmetros importantes para a constituição das identidades femininas. O machismo é outro exemplo, uma vez que a cultura brasileira é machista e esses valores são reproduzidos nas relações familiares que se constituem como aspectos importantes dos sujeitos que ali se constituem. O modelo para as relações afetivas também está ali na família. Relações de posse ou de parceria são fundamentais para a construção das subjetividades. Assim, sujeito/subjetividade, família e sociedade estão no âmbito de um processo histórico que deve ser compreendido na sua dinâmica e na sua totalidade, para que se possa romper com leituras naturalizadoras e dar visibilidade às relações e à construção social das famílias e dos sujeitos/subjetividades.

Breves apreciações conclusivas

Em suma, sem a intenção de querer esgotar a temática em questão, percebe-se que a multifacetada sexualidade humana dificilmente será simplificada em apenas dois grupos: homossexuais e heterossexuais, uma vez que, certamente, a questão é extremamente mais complexa.

A complexidade dos relatos, muitas vezes, intrigantes, esclarecedores e emocionantes apontam para a importância da realização de estudos sobre a questão da Lesbianidade, não só para visibilizar a temática, mas principalmente, para visibilizar as lésbicas, que vivenciam e expressam o seu desejo sexual e afetivo – assumindo ou não publicamente sua orientação sexual. Os relatos ratificam que é um desafio viver sem o reconhecimento, a aceitação social e a proteção legal. Que se assumir, por sua vez, implica uma vida de lutas, com dificuldades, medos, rejeições e aceitações parciais. Os relatos ainda mostram, o quanto é difícil ser lésbica numa sociedade heteronormativa, preconceituosa e discriminatória, onde as lésbicas são invisibilizadas por desejarem sexualmente

e sentimentalmente outras mulheres, contradizendo a norma androcêntrica de um mundo, no qual as mulheres devem estar disponíveis para serem desejadas e para atenderem ao desejo dos homens.

Uma vez identificado como 'homossexual' o sujeito dificilmente consegue proteger sua privacidade sexual do espaço público, pelo simples fato de ser sistematicamente interpelado em nome de sua preferência erótica.

As respondentes deste estudo relatam que o fato de não acharem necessário tornar pública sua orientação sexual, não significa que não achem importante a visibilidade que se tem ao se assumir. A exclusão e marginalização a que as mulheres lésbicas estão sujeitas reafirma a imposição da vivência clandestina e silenciosa das emoções, o não compartilhar seus amores, sonhos e seu cotidiano com a família, com os amigos. Este silêncio é uma tentativa de eliminar as diferenças, como se a sociedade, negando a lesbianidade e a homossexualidade, pudesse impedir, sua existência.

A pesquisa aponta a necessidade de trabalhar a diferença como uma ferramenta analítica, capaz de prover elementos que, além de descritivos, possam nos ajudar a articular o nível micro e macrosocial. De maneira que possamos por em causa os processos que marcam certos indivíduos e grupos como distintos, e como, a partir da experiência da diferença, enquanto desigualdade, os sujeitos se constituem subjetivamente.

Discutir as relações homoafetivas requer discutir cidadania, relações de gênero, família, geração, religiosidade e identidade, priorizando a discussão nas relações homem/mulher, mulher/homem, mulher/mulher e homem/homem enquanto sujeitos com perspectivas, sonhos e sentimentos individuais.

Assim, os momentos passados com as mulheres durante as entrevistas trazem mais dúvidas do que conclusões e remetem-nos a pensar no que de fato é ser homem e mulher. Além disso, diversas interrogações pairam acerca do que é ser mãe e pai! Qual é o papel da mulher e do homem na relação conjugal? O que leva os indivíduos a terem comportamentos preconceituosos e agressivos

com seus pares? O que eles pensam sobre suas atitudes? O que leva uma família a rejeitar seu próprio membro? Que direito temos de dizer ao outro como deve conduzir sua vida afetiva? Como se dá o processo de aceitação da sexualidade? E o que leva o indivíduo a dizer "chega" para a opressão e a violência?

Notas

¹ O sufrágio, movimento no qual as mulheres reivindicavam o direito ao voto, é considerado por muitos autores e autoras como a primeira onda do feminismo. Sobre a história dos debates em torno das questões feministas, ver o artigo de YANNOULAS, Sílvia, Iguais Mas Não Idênticos. In: **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. 1, 1994.

² Os nomes das participantes foram trocados para garantir a privacidade delas.

³ Observa-se que para responder às ofensas, manter a "ordem" e o "respeito", elas passam a reproduzir comportamentos tidos como não femininos, legitimando que a mulher deve ser feminina, doce, sensível, não fazer uso de palavrões e grosserias, pois estes comportamentos são específicos do homem.

⁴ Observa-se que no Brasil a escola é, a priori, masculina e religiosa, visto que os jesuítas, para além da catequização dos índios, investem na formação dos meninos e jovens brancos da elite. Logo, as primeiras escolas brasileiras regidas pelos jesuítas constituem-se, pois, num espaço marcadamente masculino, tendo como objetivo a formação de um católico exemplar. Não obstante, faz-se necessário salientar que esse modelo de ensino continua no país durante um longo tempo, mesmo depois de oficialmente afastado, ao final do século XVIII, como assim destaca Louro (2010).

⁵ Todavia, mesmo diante do surgimento de uma nova mulher, ainda permanecem as divisões nas atividades que são inerentes ou de competência de cada gênero e que caracterizam a condição subordinada da mulher. Cabe lembrar que embora ela desempenhe papéis diferenciados na sociedade atual, permanece de certa forma submetida à função de reprodutora da espécie. Ainda que a mulher contemporânea tenha uma educação que não reforça a subordinação ao homem no ambiente familiar e que esteja sendo preparada para participar, pensar e defender os seus direitos, não se submetendo ao poder masculino, deparamo-nos com a inexistência de uma política que garanta igualdade de direitos, remuneração, oportunidades de promoção e capacitação, conforme expressam Matos e Santana (2010).

⁶ Segundo Matos e Santana (2010), a educação é transversal a toda a sociedade; apresenta-se no organismo social, tendo como viés a sociedade, a história, a religião, o trabalho, o gênero, dentre outros. A família, a Igreja, a comunidade, os meios de comunicação, a escola, são algumas das faces da educação; algumas mais enfatizadas que outras, devido ao papel determinante na sociedade, mas em níveis diferentes, importantes e presentes na vida do indivíduo e no seu processo de socialização.

⁷ Observa-se que é nesses novos arranjos familiares que surge a “família homoparental” – neologismo criado em 1997 pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL), em Paris, condição na qual pelo menos um adulto que se autodesigna homossexual é e/ou pretende ser pai ou mãe de, no mínimo, uma criança – no qual vínculo afetivo se dá entre pessoas do mesmo sexo incluindo os casos da parentalidade de travestis e transexuais. Não obstante, tais uniões não possuem capacidade procriativa (no sentido biológico), embora seus componentes possam tê-la individualmente, conforme aponta Zambrano (2006).

Referências

- ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: Imagens e Auto-Imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Tradução Guilherme Joao de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero, Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CONNELL, R. Políticas da masculinidade. In: **Educação e Realidade**20(5): p. 185-206, jul./dez. 1995.
- CORRIGAN, T., CONNELL, R. & LEE, J. Toward a new sociology of masculinity. In: **Theory and Society**(5), 1985, p. 551-603.
- COSTA, J. F. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- CRUZ, Maria Helena Santana. **Cidadania, crise do trabalho e gênero: desafios para estabilização dos direitos**. Neves, Paulo S. C. (Org.). In: Educação, Cidadania e Questões Contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. O poder político e as mulheres nas eleições em Sergipe. In: **Candeeiro**. Revista de Política e Cultura da Seção Sindica dos Trabalhadores da UFS – ANO X v. 15 e 18, Jan./dez 2009.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- FELIPE, Jane. Sexualidade nos livros infantis: relações de gênero e outras implicações. In: MEYER, Dagmar (org.). Saúde e sexualidade na escola. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- GIROUX, Henry. Praticando estudos culturais nas Faculdades de Educação. In: SILVA, T. T. (org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos Estudos Culturais em Educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GIROUX, Henry. McLAREN, P. Por uma pedagogia crítica da representação. In: SILVA, T. T.; MOREIRA, A. F. (org.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GODOY, R.M. A voz das mulheres lésbicas: o discurso oculto ao desvendamento das vivências e do imaginário erótico. In: **Revista do Núcleo de Estudos da Sexualidade**. Florianópolis: NES, v.1, n.1, ago./dez.1997.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HALL, Stuart. Identidades culturais na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 7-32, 1993.
- HOROCHIVISKI, Rodrigo Rossi. MEIRELLES, Giselle. **Problematizando o Conceito de Empoderamento**. In: Anais II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. UFSC, Florianópolis, 25 a 27 de abril de 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 11 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- _____. Produzindo sujeitos masculinos e cristãos. Veiga-Neto, A. (org.). **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre, Sulina, 1995.
- _____. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. In: **Educação & Realidade**, 20(2):101-132. 1995.
- _____. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Porto Editora. 2001.

MACHADO, Lia Z. Gênero, um novo paradigma? In: **Cadernos Pagu**. Trajetórias do gênero, masculinidades... n. 11, Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero. Campinas, Unicamp, 1998.

MATOS, Cândida Margarida de Oliveira; SANTANA, Anabela Maurício de. A Influência da socialização Religiosa e do Gênero no Universo Acadêmico. In: **IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**. São Cristóvão/SE: UFS, 2010.

MEYER, Dagmar. Gênero e Educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane. Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na Educação. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 9-27.

MEYER, Dagmar. Alguns são mais iguais que outros: etnia, raça e nação em ação no currículo escolar. In: SILVA, L. H. (org.) A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERES, Eliane T. **“Templo de Luz”**: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915). Porto Alegre, 1995. (Dissert. de mestrado) PPGE-DU/UFRGS.

PIMENTA, Selma Garrido. Docência no ensino superior. 4 Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. **Preconceito contra homossexualidades**: A hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. 16(2): 5-22, jul/dez. Porto Alegre, 1990. p. 05-22.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da Identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 10 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. In: **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, ano 12, n. 26, 2006, p. 123-147.

Recebido em: 24/02/2014

Aceito em: 10/04/2014

Publicado em: 30/04/2014